



# DIREITOS HUMANOS EM JERUSALÉM

---

AS GRAVES E CONTÍNUAS VIOLAÇÕES

Ahmad Jaradat

**MEM**   
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

# MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

**Título:** Direitos humanos em Jerusalém: As graves e contínuas violações

**Foto de capa:** Polícia israelense escolta colonos ilegais durante invasão a Al-Aqsa, em Jerusalém ocupada, 11 de abril de 2023 [Mostafa Alkharouf/Agência Anadolu]

Publicado em dezembro de 2023.

Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio  
Estado de São Paulo, Brasil  
[www.monitordooriente.com](http://www.monitordooriente.com)

## DIREITOS HUMANOS EM JERUSALÉM: AS GRAVES E CONTÍNUAS VIOLAÇÕES

### Ahmad Jaradat

Jornalista palestino do Alternative Information Center, morador de Hebron, integrante do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial e colaborador do MEMO.



- Material publicado originalmente em inglês pelo Alternative Information Center, editado em português para o Monitor do Oriente Médio

As violações dos direitos humanos nos territórios palestinos ocupados por Israel se tornaram um marco evidente e recorrente. Seu impacto recai sobre todos os aspectos da vida do povo palestino e se estende a todas as cidades, aldeias, acampamentos e comunidades. Não se passa um dia sequer sem que habitantes vivenciem ou testemunhem alguma das diversas e graves violações que os atingem, individualmente ou na forma de punição coletiva.

Há violações bastante semelhantes em todas as áreas, cometidas pelas autoridades da ocupação ou seus colonos. A vida cotidiana é afetada por assassinatos, prisões, demolições de casas, violações contra crianças, restrições à liberdade de culto e movimento e assim por diante.

Jerusalém Oriental, território ocupado em 1967, é reconhecida como tal pelo direito internacional e pela Quarta Convenção de Genebra, por normas internacionais e por dezenas de resoluções de agências relevantes da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral.

As violações dos direitos humanos em Jerusalém tomam um rumo particularmente perigoso devido a sua anexação ilegal pelas autoridades ocupantes, que descrevem a cidade como capital do Estado de Israel. A cidade ocupada de Jerusalém é tratada, portanto, como território israelense, criando realidades e espaços próprios em sua zona urbana e seus subúrbios, onde vivem 500 mil palestinos. O resultado é uma situação única e severa, cujas manifestações podemos ver através da expulsão sistemática dos residentes palestinos.

O sistema de leis adotado pela ocupação em relação a Jerusalém proporciona um amplo e irrestrito escopo de violações de direitos humanos na cidade, contrariando as regras da lei humanitária internacional, assim como tratados e convenções relacionados aos direitos humanos.

Este artigo trata de alguns modelos de violações de direitos humanos em Jerusalém e seus arredores. Estes são os modelos mais claros, quase diários, que refletem a discriminação das autoridades de ocupação contra a população palestina nativa. Também refletem políticas que começaram já na ocupação de Jerusalém em 1967, como demolições de casas, prisões, deportações e restrições ao culto – em particular, dada a importância dos lugares santos radicados na cidade a cristãos e muçulmanos, incluindo a Mesquita de Al-Aqsa, o Domo da Rocha e a Igreja do Santo Sepulcro. Jerusalém tem uma especificidade histórica a esse respeito.

O muro do apartheid e a rede de postos de controle militar que circundam Jerusalém, concretizam a política de isolamento imposta por Israel.

## Demolição de casas em Jerusalém

A principal forma de violação coletiva dos direitos humanos palestinos por Israel na cidade Jerusalém são as demolições de casas, que começaram apenas alguns dias após a ocupação de 1967. O bairro de Moghrabi, adjacente ao muro da Mesquita de Al-Aqsa, foi demolido e apagado do mapa; ao menos 136 casas e quatro mesquitas, além de uma escola, foram destruídas, deixando 650 pessoas desabrigadas. **(1)**

Moghrabi era um patrimônio histórico-cultural com pelo menos 700 anos de idade. Além das violações dos direitos humanos contra os moradores, houve também flagrante violação das leis e tratados internacionais relacionados à proteção dos bens históricos e culturais dos povos, conforme estipulado na Convenção de Haia de 1954, na Carta da UNESCO de 1945, e na Declaração de Proteção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 2003. Trata-se de apenas um dos exemplos da política sistemática de demolição de estruturas civis – incluindo bens históricos – adotada por Israel nos territórios palestinos ocupados, sobretudo em Jerusalém.



Escavadeiras israelenses demolem casa em Jerusalém Oriental, em 10 de maio de 2023 [Mostafa Alkharouf/Agência Anadolu]

Como um dos exemplos claros de migração forçada de palestinos nativos, a demolição do bairro de Moghrabi foi acompanhada pela expulsão de 3.700 pessoas do bairro adjacente de Al-Sharaf. Tais práticas confirmam uma política deliberada imposta pelos governantes israelenses a Jerusalém – em particular, na Cidade Velha –, por sua importância cultural, religiosa e econômica.

O Artigo 53 da Quarta Convenção de Genebra proíbe expressamente o ocupante de realizar modificações e destruição de bens imóveis ou móveis nos territórios ocupados.

A destruição total ou parcial de imóveis, no entanto, é feita sob vários pretextos. O principal é a falta de alvarás deferidos pela ocupação para construção civil. Para um palestino, obter tais licenças – nos territórios ocupados em geral e especialmente em Jerusalém – é uma tarefa quase impossível. Não obstante, a expansão de assentamentos ilegais é facilitada por uma política racista e discriminatória.

Desde a ocupação de Jerusalém, em 1967, até 2021, cerca de duas mil casas foram demolidas, parcial ou totalmente. Em 2022, ao menos 1.058 estruturas foram demolidas, incluindo 553 casas e 705 outras instalações. Centenas de palestinos foram despejados, em violação dos direitos das famílias, incluindo crianças – de repente, sem moradia. Encontrar alternativas, como alugar uma casa, sobrecarrega os despejados com gastos, na maioria das vezes, muito além da capacidade das famílias, obrigadas então a contrair empréstimos. Isso, por sua vez, leva a mais pobreza e sofrimento. Deste modo, a manifestação mais proeminente das demolições de casas é o deslocamento e a dispersão familiar.

“ Eles demoliram meu sonho de vida, demoliram tudo, memórias e ambições. Basicamente, destruíram nossas vidas, continuaram demolindo até o último tijolo, e quanto mais a escavadeira demolia as paredes, eu sentia que estavam demolindo meu coração. Eles riam enquanto cometiam um crime absurdo. Depois que a casa foi demolida, apertaram as mãos e se parabenizaram pela tarefa cumprida. São desumanos, não entendo como as pessoas ficam felizes ao ver crianças sendo jogadas na rua. ”

Estas foram as palavras que Hanadi Abu Rmouz usou para descrever o sofrimento dela e de sua família quando a prefeitura israelense da ocupação demoliu sua casa em Beit Hanina (2).



A palestina Nora Sub Laban (centro) é consolada por seu filho Ahmad (esq.), enquanto seu marido Mustafa (dir.) observa o despejo de sua casa no bairro muçulmano na Cidade Velha de Jerusalém, para dar lugar a colonos judeus, em 11 de julho de 2023 [Ahmad Gharabli/AFP via Getty Images]

O processo de demolição de casas em Jerusalém começa após o dono da casa receber um mandado para tanto, geralmente sob o pretexto da falta de alvará. Os proprietários vão aos tribunais israelenses, na esperança de impedir a demolição, mas demora muito para as cortes tomarem uma decisão – na maioria dos casos, favorável à decisão do município.

Jerusalém é uma cidade “anexada” e os residentes palestinos possuem carteiras de identidade israelenses. O município acompanha, portanto, as regras da ocupação para construção, demolição e licença. Durante o processo legal, o município geralmente acrescenta taxas extras aos proprietários de casas sob ameaça, como custos legais e periciais, entre outros. Em último caso, a decisão é demolir as estruturas.



Palestino é obrigado a demolir a própria casa [Felesteen News]

Outra política adotada pela prefeitura de Jerusalém e seus tribunais é a imposição de multas contra o proprietário dos imóveis, como taxas de demolição caso esta seja feita pela administração israelense. Tais multas podem chegar a dezenas de milhares de dólares, o que obriga os proprietários a demolir suas próprias casas. Apesar do doloroso impacto psicológico de demolir seus lares, muitos palestinos acabam por realmente fazê-lo, com suas próprias mãos, para evitar o custo financeiro a suas famílias.

A política se intensificou nos últimos anos. Apenas em 2022, noventa e três casas foram demolidas por seus proprietários; desde fevereiro de 2023, houve mais 46 casos.

Hussam Abbasi de Silwan comentou: “Foi um dia difícil. Tive de demolir minha casa com minhas próprias mãos. Esta era minha pequena casa em que moravam minha esposa e meus filhos” (3).

Issam Sharaf, também forçado a demolir sua própria casa, no bairro de Wad Qaddoum, relatou: “Tentei de todas as maneiras possíveis construir minha casa, agora tenho somente uma pilha de destroços. Meu sonho é me casar e ter um lugar para morar com minha família, mas minha casa foi embora como o vento. Meu coração está partido e estou sofrendo porque tive que demolir minha própria casa para evitar pagar a multa ao município, caso tivesse feito a demolição”. (4)

A política de demolição de casas em Jerusalém, assim como no restante dos territórios ocupados, é uma flagrante violação dos direitos humanos a habitação adequada. A prerrogativa é enunciada na lei internacional, da seguinte forma: “o direito de possuir propriedade sem medo de ser despejado ou privado de habitat ou terra.” (5)

### Violações israelenses contra crianças

Conforme documentação de grupos de direitos humanos na Palestina e agências de mídia, as crianças são, em geral, o grupo mais sujeito a violações por parte das autoridades israelenses, como prisão e diversas outras formas de violência física e psicológica. Em Jerusalém, crianças são submetidas a múltiplas violações, durante protestos ou manifestações, ou mesmo batidas ilegais nas casas palestinas, entre outras ocasiões. As crianças também são um grupo cujos direitos são diretamente violados no processo de demolição de casas.

As violações contra os palestinos começam pela decisão israelense de estabelecer a maioria penal a partir dos 16 anos, em flagrante desdém aos princípios da Convenção sobre os Direitos da Infância, que define a criança como ser humano com idade inferior a 18 anos. (6) É evidente que a definição israelense é voltada a legalizar práticas que transgridem os direitos básicos das crianças palestinas, seja por agressão, tortura ou encarceramento em massa.



Polícia de fronteira israelense expulsa crianças palestinas do acesso à Mesquita Ibrahimi, em 28 de fevereiro de 2022  
[Hazem Bader/AFP via Getty Images]

Entre os abusos, está a transferência de crianças a centros militares onde são submetidas a espancamentos, humilhação, privação de sono e refeição adequada. As forças israelenses conduzem prisões no calar da madrugada, impedem os pais de comparecer às audiências de seus filhos e coagem menores a assinar declarações em um idioma que não entendem. A situação é agravada ainda mais por condições de detenção desumanas, negligência médica, isolamento, abuso e pesadas multas impostas às crianças e adolescentes.

Podemos afirmar ainda que Israel é o único país do mundo contemporâneo que julga crianças em tribunais militares, em condições abusivas, durante detenção e interrogatório.

Apesar do fato de Jerusalém ter sido anexada *de facto* e carteiras de identidade israelenses terem sido emitidas para os palestinos locais, estatísticas de organizações relevantes mostram que a cidade teve a maior taxa de prisões de crianças ao longo de 2022, quando comparada ao restante dos territórios palestinos.

Segundo o Clube de Prisioneiros Palestinos, em 2022, ao menos 883 crianças palestinas foram presas, incluindo 654 de Jerusalém (74,1%). Na maior parte dos casos, menores de 14 anos em custódia de Israel são mantidos em centros especiais ou prisão domiciliar, o que transforma suas casas em uma espécie de cárcere privado, com impacto severo às famílias. Crianças são assim privadas de se comunicar com seu ambiente social, de frequentar a escola ou de se desenvolver adequadamente. **(7)**

As medidas de ocupação israelense contra crianças em Jerusalém são, portanto, uma violação da lei internacional, em particular, do Artigo 16, que declara: **“Nenhuma criança será submetida a atos arbitrários ou interferência ilegal em sua privacidade, família ou correspondência, nem ataques ilegais a sua honra e reputação”**.

Um levantamento do Comitê de Assuntos dos Prisioneiros Palestinos mostra que, em 2022, seiscentas crianças de Jerusalém com menos de 14 anos foram sujeitas a prisão domiciliar. As detenções foram decididas pelo tribunal até a conclusão do processo judicial. **(8)** A prisão domiciliar costuma terminar após o prazo estipulado pela Justiça; a família fica sujeita ao pagamento de uma multa altíssima.

Ali Qneibi, de 14 anos, do bairro Sheikh Jarrah em Jerusalém, passou cinco meses em prisão domiciliar antes que outra decisão fosse emitida com uma multa de 30 mil shekels. Seu pai, Rateb Qneibi, relatou o sofrimento dos familiares por se tornarem carcereiros da criança. Para pai, ver os filhos dos amigos brincando enquanto o seu era privado de até mesmo ficar na porta – e sem poder ir à escola – era algo deprimente.

Outras formas de violação dos direitos da infância são cometidas pela polícia durante incursões aos bairros palestinos de Jerusalém, sobretudo em localidades superpovoadas, como no campo de refugiados de Shu’fat, Silwan, Jenin e outras áreas. Em tais ocasiões, menores são frequentemente submetidos a violência física e verbal. As crianças em Jerusalém, como em todo o território ocupado, também sofrem violência por parte dos colonos. Há menos de um mês, Khader Ghorab, de 15 anos de idade, da Cidade Velha de Jerusalém, foi baleado por um colono ilegal.

Outra forma de violência material e psicológica está no despejo e deslocamento das famílias, forçadas a morar em barracas, por exemplo.

Os impactos das violações podem também ser percebidos nos pais, que sentem medo quando seus filhos vão ou voltam da escola, em particular, em áreas de conflitos. Segundo o pai Sami Ismael, do campo de refugiados de Shu’fat: “Estamos sempre preocupados quando nossos filhos vão para a escola e não descansamos até que eles voltem para casa. Essas apreensões se renovam quando as crianças vão brincar ou passear pelo acampamento com seus amigos. Estamos sempre preocupados que eles sejam espancados, presos ou sequestrados.” **(9)**

## Violações ao direito de culto

Fechar as entradas de locais religiosos por ações da polícia e de soldados israelenses e impedir o acesso de fiéis se tornou um fenômeno comum, não apenas em feriados santos, mas em todo decorrer do ano. Há três anos, Israel instalou portões de metal na entrada da Mesquita de Al-Aq-sa; no entanto, sob manifestações palestinas e pressão internacional, foi obrigado a removê-los. Isso, todavia, não impediu a polícia israelense de barrar a entrada de fiéis, com um grande número de agentes armados estacionados nos portões do complexo islâmico, controlando de perto quem entra e quem sai. **(10)**



Polícia israelense monta guarda em Al-Aqsa, em Jerusalém ocupada, 18 de junho de 2023 [Jewel Samad/AFP via Getty Images]

Fechar instalações e isolá-las dos arredores do país, ao impedir que os palestinos nativos entrem em Jerusalém e em seus lugares santos, salvo com autorização das autoridades ocupantes, além de impor limites de idade para o acesso, são algumas das violações à liberdade de culto, impostas tanto a cristãos quanto a muçulmanos.

Este ano, Israel cancelou a permissão de 700 cristãos palestinos da Faixa de Gaza que se preparavam para celebrar a cerimônia do Fogo Sagrado no Sábado de Aleluia, 15 de abril de 2023, na Igreja do Santo Sepulcro, em Jerusalém ocupada. Os fiéis foram privados de seu direito de celebrar a ocasião. O ato foi condenado por grupos de direitos humanos na Palestina e no exterior. Em nota, o Centro Al-Mezan para os Direitos Humanos em Gaza descreveu a decisão como violação dos direitos de culto e parte de uma política de discriminação racial.

Ao mesmo tempo, Stéphane Dujarric, porta-voz do Secretário-Geral das Nações Unidas, lamentou a decisão de impedir que cristãos visitassem os locais religiosos e a Igreja do Santo Sepulcro durante a Páscoa.

Issa Hanna, de Belém, conta ter sido impedido de entrar em Jerusalém para participar da cerimônia do Fogo Sagrado no Santo Sepulcro: “Este é o nosso país, devemos ser livres para nos movermos nele. Eles querem nos dizer que este não é nosso país, mas isso me deixa mais convencido de que não pode haver paz dessa maneira e que a ocupação deve acabar. O que eles fazem contra nós é um ato de racismo”. **(11)**

Sob a mesma política, Israel emitiu uma ordem para impedir que muçulmanos com menos de 50 anos entrassem em Jerusalém para rezar na Mesquita de Al-Aqsa durante o Ramadã. Milhares de fiéis de Jerusalém e da Cisjordânia foram impedidos de entrar na mesquita para orar e praticar seus rituais do mês sagrado. Milhares de pessoas se amontoaram nos pontos de passagem e todos abaixo de 50 anos foram impedidos de entrar na cidade – sobretudo na sexta-feira, dia de oração.

Mohammad Ibrahim, de 45 anos, da região de Dura, perto de Hebron (Al-Khalil), comentou: “Sinto-me muito, muito triste. Cheguei ao posto de controle 300, ao norte de Belém, nas primeiras horas da manhã para rezar na Mesquita de Al-Aqsa, mas eles me negaram a entrada e não pude rezar em Al-Aqsa, local sagrado para os muçulmanos”. **(12)**

Khalil Odeh, de 48 anos, de Belém, reportou: “Quando cheguei ao terminal de passagem, soube por pessoas de lá que elas foram impedidas de entrar. Sei que não poderei entrar por causa da minha idade, fiquei até as 11 horas esperando no ponto de acesso, esperando que nos permitissem passar. É claro, a espera foi em vão, então centenas de nós oramos do lado de fora da cerca.” **(13)**

O mesmo ocorre em todos os outros postos de controle militar instalados nos acessos a Jerusalém e dentro da cidade. Centenas de jovens tiveram que orar nas ruas e perto dos portões do complexo de Al-Aqsa, impedidos de entrar, como no portão de Asbat, no lado leste da mesquita. Segundo Simon Awad: “É muito doloroso ver um soldado ocupante impedir que nós, os donos desta terra, entremos em Jerusalém”.

Ataques da polícia contra fiéis não ocorrem apenas no Ramadã. Neste ano, fora de temporada, a polícia invadiu os pátios de Al-Aqsa após danificar o portão de Al-Rahmeh e agredir fiéis. Dezenas ficaram feridos e móveis foram danificados. O ataque deixou danos na rede elétrica e causou uma queda de energia.

Além de restringir o acesso, a polícia israelense também agrediu cristãos durante as celebrações do Fogo Sagrado no Santo Sepulcro. Dezenas de monges, clérigos e fiéis foram espancados e arrastados pelo chão, chutados e golpeados com cassetetes e cabos de fuzil.

A política tem como intuito reduzir o número de palestinos na cidade que tentam visitar parentes, fazer compras ou realizar suas preces. De fato, as medidas de ocupação privam dezenas de milhares de pessoas de exercer seus direitos. **(14)**

### **Cerco a Jerusalém: punição individual e coletiva**

Jerusalém costuma ser considerada o coração da Palestina, por sua importância religiosa, cultural e socioeconômica. Desde os primórdios da ocupação, a cidade é alvo de colonos que desejam subjugar sua relevância geográfica e nacional. Israel adotou uma série de políticas para isolar Jerusalém da Cisjordânia, ao emitir documentos para residentes locais, expandir os assentamentos e declarar a cidade como capital do país, em notória violação da lei internacional.



Crianças beduínas tentam acessar a única escola da região de Khan al-Ahmar, em Jerusalém, 16 de julho de 2018 [Issam Rimawi/Agência Anadolu]

A política de fechamentos mostrou uma grave escalada nos últimos vinte anos, quando Israel deu início às obras para construir o muro que cerca a província, além de terminais e postos de controle militar nas entradas da cidade, ao impedir o acesso de moradores da Cisjordânia e Gaza, exceto com autorização raramente emitida pelas autoridades ocupantes.

Esta realidade de medidas baseadas no isolamento resultou em graves violações dos direitos fundamentais dos palestinos de Jerusalém e do restantes dos territórios ocupados. Tais violações afetaram a vida cotidiana dos palestinos nos níveis econômico, social e cultural, além de privá-los da liberdade de movimento individual e coletiva.



Checkpoint no acesso de Ramallah a Jerusalém, em que palestinos tentam passar para participar das orações da segunda sexta-feira do mês sagrado do Ramadã na Mesquita Al-Aqsa nas primeiras horas da manhã em Belém, Cisjordânia, em 31 de março de 2023 [Issam Rimawi/Agência Anadolu]

No nível econômico, muitos dos comerciantes e trabalhadores da Cisjordânia foram forçados a fechar negócios e voltar para Jerusalém com medo de perder seus direitos de residência. Tais esforços afetaram negativamente o comércio palestino em Jerusalém, já que cidadãos da Cisjordânia são proibidos de entrar na cidade.

Ahmad Obeidat, dono de uma loja no bairro de Silwan, em Jerusalém, constatou: “Perdi mais de 60% dos meus clientes da Cisjordânia, especialmente das cidades vizinhas de Al-Ezariyah e Abu Dis, e isso afetou bastante a minha renda”. **(15)**

O isolamento de Jerusalém deixou forte impacto econômico sobre os palestinos devido a um salto nos preços, em particular, de frutas e legumes oriundos da Cisjordânia; em segundo lugar, pela mudança forçada de muitos comerciantes de Jerusalém para o outro lado do muro, a localidades como Abu Dis, Qalandia, al-Ram e Al-Ezeriya. Khalil Abu Tair, residente de Jerusalém, observou: “Frutas e legumes da Cisjordânia são vendidos pelo dobro do preço em Jerusalém por causa do muro e porque não é permitido passar livremente como deveria ser”. **(16)**

O fechamento e cerco de Jerusalém violam a Quarta Convenção de Genebra, que proíbe a potência ocupante de conduzir alterações nos territórios ocupados que afetem os direitos básicos dos residentes.

“ Há cerca de 20 anos atrás, era muito fácil irmos de Jerusalém para Ezeriya e depois para Jericó, por exemplo. Na verdade, ir para Ezeriya não precisaria de carro, é muito perto, é como um bairro de Jerusalém onde temos família e amigos. Porém, com o fechamento e o muro, temos que passar pelo vilarejo de Al-Z’ayyem e depois para Ezeriya, que fica a cerca de 15 quilômetros. Antes do fechamento, eu ia duas vezes por semana. Agora, só vou se precisar, e é o que acontece com a maioria das pessoas do meu bairro. ” **(17)**

Ali Abu Tair, de Um Tuba, ao sul de Jerusalém, relatou: “Costumávamos nos locomover facilmente para qualquer local na Cisjordânia. Hoje em dia, temos de passar por postos de controle militar e revista, especialmente no caminho de volta para Jerusalém. Isso geralmente leva tempo, especialmente quando o terminal de passagem está lotado. Além disso, enfrentamos discriminação racial, porque os israelenses são admitidos sem dificuldades, enquanto nós, palestinos de Jerusalém, somos sujeitos a minuciosa inspeção e obstrução, apesar de também sermos portadores de identidade israelense”.

Como resultado dessas medidas, o movimento entre Jerusalém e o resto da Cisjordânia é inferior ao que costumava ser antes **(18)**. Tais relatos evidenciam o sofrimento dos palestinos de Jerusalém devido às graves restrições a sua mobilidade.

O fechamento e o cerco de Jerusalém também resultaram na fragmentação do tecido social de comunidades e famílias que vivem dentro e nos arredores da cidade, em particular, devido à construção do muro do apartheid. Isso se vê claramente em localidades adjacentes ao muro, como Al-Ezeriya, Abu Dis, Sawahreh Sharqiyeh, Beit Haneena e Anata, onde centenas de parentes, amigos e vizinhos foram separados à força pelas paredes de concreto.

Muitas famílias foram dispersas por conta do muro. Após a ocupação e o estabelecimento das chamadas fronteiras municipais de Jerusalém, alguns familiares ficaram dentro do perímetro e receberam uma carteira de identidade israelense (azul), enquanto outros receberam carteiras de identidade da Cisjordânia (verde) – com evidente discriminação em uma sociedade escalonada na qual colonos estão no topo. Tais famílias mantinham contato constante até a construção do muro e de postos de controle militar nos limites do município; desde então, no entanto, foram desconectadas entre si e violentamente fragmentadas.

Os exemplos mais dramáticos, quem sabe, são as famílias Sawahreh, Sharqiyeh e Gharbiyeh, com parentes radicados em algumas áreas de Jerusalém, como Jabal Al-Mukabber e Al-Suwwana, e outros radicados em em Obeidat, Za'atra, Shqeirat, Halaseh, entre outras comunidades.

Khaled Shqeirat observa que o fechamento e o muro têm um impacto extremamente negativo nas relações familiares, comunicações, casamentos e atividades sociais, drasticamente reduzidas. O casamento para além das fronteiras impostas pela ocupação tornou-se quase zero. **(19)**

## Educação em Jerusalém



Crianças beduínas esperam em fila na única escola da região de Khan al-Ahmar, em Jerusalém ocupada, 16 de julho de 2018  
[Issam Rimawi/Agência Anadolu]

Em Jerusalém, após a ocupação, Israel estabeleceu escolas sob sua administração e introduziu emendas ao currículo de ensino. A situação é diferente do restante dos territórios palestinos, devido à realidade imposta pelas autoridades ocupante ao anexar e tratar Jerusalém como parte de suas terras. O sistema educacional esteve historicamente sob administração da Jordânia, como é o caso de parte das províncias, mas algumas escolas de Jerusalém foram postas sob gestão da Autoridade Palestina, após seu estabelecimento, sob os Acordo de Oslo de 1993.

Tamanho divisão das escolas e a natureza dos currículos adotados nos colégios de Jerusalém criou uma realidade particularmente estranha, inconsistente e conflituosa dentro de uma mesma cidade e para um mesmo povo com uma única identidade nacional coletiva – o povo palestino. Tais práticas naturalmente deixaram traumas à cidade ocupada.

Jerusalém é administrada por uma prefeitura israelense, apesar de ser reconhecida como cidade ocupada conforme o direito internacional e uma série de resoluções da Organização das Nações Unidas e outras entidades relevantes. Israel, no entanto, não adere a tais resoluções e normas internacionais, ao considerar Jerusalém como integralmente sua, sujeita a suas leis e determinações.

A realidade controversa de dois sistemas de ensino distintos impactou a vida educacional da cidade e criou discrepâncias e ambiguidades óbvias, em clara violação dos direitos dos alunos e do estatuto jurídico internacional, que descreve Jerusalém como cidade ocupada.

A campanha israelense contra o sistema educacional e o currículo palestino em Jerusalém começou há décadas, como parte do projeto sionista de limpeza étnica e memoricídio dos árabes nativos. Israel omitiu nos materiais qualquer coisa que desse menção à identidade palestina, o que se tornou naturalmente um centro de conflito. Os palestinos rejeitaram as mudanças curriculares, que forçam a “israelização” das crianças para que se encaixem na política de anexação de Jerusalém.

Tais práticas são ainda uma violação do espaço educacional palestino, como alertam ativistas e pedagogos. A esse respeito, Nasser Al-Hidmi, chefe do Comitê Antijudaização, destacou uma decisão do Ministério da Educação de Israel de fechar cinco instituições de ensino, entre as quais, o Colégio Abrahimi e o Colégio Al-Iman, sob o pretexto de que seus professores incitavam atos contra o exército de ocupação. **(20)**

Há 98.428 alunos nas escolas de Jerusalém, dos quais 45.500 estudam em escolas sob gestão da Autoridade Palestina; o restante, está sob a tutela do Ministério da Educação de Israel. Metade dos estudantes em Jerusalém, portanto, não podem aprender o currículo palestino, que representa seu contexto e identidade nacional – são forçados então a aprender um currículo enviesado e doutrinário imposto por Israel. **(21)**

Como diz Laila Abu El-Hawa, “impedir que alunos palestinos nas escolas de Israel aprendam sobre a identidade nacional e a história da Palestina e sua luta e o conflito com a ocupação é um problema que desafia os professores. Estes temem ser demitidos caso abordem o assunto, sob pretexto de não respeitarem o cumprimento do currículo”. **(22)** Os alunos são impedidos de conhecer a história de seus ancestrais e os eventos nacionais pelos quais passaram.

A israelização do currículo em Jerusalém não só viola a identidade e a cultura palestina, em detrimento da consciência coletiva dos alunos, como afeta seu desenvolvimento psicológico, ao forçá-los a absorver o currículo do Estado que as agride diariamente. Trata-se de uma tentativa de ocupar não apenas terras, mas a consciência de gerações e gerações.

Muna Qerrish, estudante de Jerusalém no ensino médio, comentou: “Às vezes, sinto que não quero ir à escola, porque somos forçados a aprender o currículo de nosso opressor. Sinto que estou aprendendo contra minha vontade. É por isso que sempre participamos de protestos contra a imposição do currículo israelense sobre nós. **(23)**

O pesquisador palestino Anwaar Qidih insiste que há uma enorme lacuna entre a visão e missão palestina e o que o Ministério da Educação de Israel tenta promover. O currículo israelense imposto aos alunos os impede de expressar sua identidade nacional, de sequer mencionar a palavra “ocupação” ou falar da Nakba, além de proibir que hasteiem a bandeira palestina, entre outras violações.

É evidente nas entrevistas, estudos e artigos, o impacto das violações contínuas de Israel na vida dos palestinos, como parte de uma política referente a Jerusalém e seus moradores. Tais atos traduzem o plano de Israel de pressionar os palestinos a deixar a cidade para anexá-la e substituí-los por colonos. Violações em Jerusalém, em todos os níveis, sejam individuais ou coletivos, são projetadas para servir a esse propósito. Por outro lado, o volume e a gravidade das violações israelenses às leis e tratados internacionais tornam-se cada vez mais evidentes.

## Referências

1. Moghrabi: A história da demolição de todo um bairro de Jerusalém. Acesso em 22 de março de 2023. Disponível em: <http://www.noonpost.com/content/41159>
2. O impacto da demolição de casas nas mulheres em Jerusalém. Acesso em 23 de março de 2023. Disponível em: <http://www.miftah.org/arabic/Display.cfm?DocId=15393&CategoryId=19>
3. Autodemolição de casas, entre a negação e a imposição. Acesso em 23 de março de 2023. Disponível em: <https://www.maannnews.net/articles/2061871.html>
4. Demolição forçada em Jerusalém, fim de um sonho de casamento. Acesso em 23 de março de 2023. Disponível em: <https://felesteen.news/post/117079>
5. “O direito das pessoas à moradia adequada” (Nações Unidas). Acesso em 25 de março de 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/ar/special-procedures/sr-housing/human-right-adequate-housing>
6. A situação das crianças no mundo (UNICEF). Acesso em 23 de março de 2023. Disponível em: <https://www.unicef.org/ar>
7. Observações sobre a importância da proteção das crianças presas por Israel com base na lei internacional. Acesso em 25 de março de 2023. Disponível em: <https://law4palestine.org/ar/>
8. Mais de 600 crianças estiveram em prisão domiciliar em 2022. Acesso em 25 de março de 2023. Disponível em: <https://www.wafa.ps/Pages/Details/61758/>
9. Sami Ismael, entrevista em Jerusalém, 11 de abril de 2023.

10. A retirada de portões, câmeras eletrônicas e portões de ferro nos acessos de Al-Aqsa, Jerusalém comemora. Acesso em 26 de março de 2023. Disponível em: <https://www.amad.ps/ar/post/184249>
11. Hanna Issa, entrevista em Belém, 24 de abril de 2023.
12. Mohammad Ibrahim, entrevista em Hebron, 23 de abril de 2023.
13. Khalil Odeh, entrevista pessoal em Jerusalém, 25 de abril de 2023.
14. Simon Awad, entrevista em Jerusalém, 25 de abril de 2023.
15. Ahmad Obeidat, entrevista em Jerusalém, 18 de março de 2023.
16. Khalil Abu Tair, entrevista em Jerusalém, 17 de março de 2023.
17. Said Qunbar, entrevista em Jerusalém, 26 de março de 2023.
18. Ali Hamed, entrevista em Jerusalém, 28 de março de 2023.
19. Khaled Shqairat, entrevista em Jerusalém, 12 de abril de 2023.
20. Guerra às instituições de ensino em Jerusalém. Acesso em 27 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.alhadath.ps/article/158567>
21. Educação em Jerusalém. Acesso em 27 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.alhadath.ps/article/158567>
22. Laila Abu-Elhawa, entrevista, 22 de fevereiro de 2023.
23. Muna Qerrish, entrevista em Jerusalém, 22 de março de 2023.
24. Múltiplos modelos de ensino em Jerusalém confundem a memória coletiva. Acesso em 24 de março de 2023. Disponível em: <https://felesteen.news/post/117893>

# MEMO

## MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

*Criando Novas Perspectivas*



[monitordooriente.com](http://monitordooriente.com)



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)